

“Nossa luta é pela vida”: relato de experiência de pesquisa em ambiente virtual sobre a atuação de movimentos sociais no contexto da pandemia de Covid-19 em países da América Latina

Juliana Fernandes Kabad¹
Universidade Federal de Mato Grosso

Flávia Thedim Costa Bueno²
Gustavo Matta³

Priscila Cardia Petra⁴
Fundação Oswaldo Cruz

May-ek Querales⁵
Universidade Autônoma do México

Cristina Yépez Arroyo⁶
McGill University

Nidilaine Dias Xavier⁷
Universidade de São Paulo

Resumo: O presente artigo pretende apresentar um relato da experiência sobre a pesquisa “Mapeamento das ações e iniciativas digitais dos movimentos sociais de populações vulnerabilizadas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil, México e Equador (2020-2021)”. Diante da ascensão da pesquisa social na internet, o estudo fez uso da etnografia virtual para buscar as principais iniciativas encampadas digitalmente por movimentos sociais de populações indígenas e de não indígenas em contexto urbano nos três países. No relato, aborda-se a condução do estudo, resultados e produtos, com ênfase às redes estratégicas adotadas pelos movimentos sociais de acordo com suas especificidades.

Palavras-chave: pesquisa virtual; covid-19; movimentos sociais; populações vulnerabilizadas; América Latina.

¹ Docente do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT. Mestre em Epidemiologia em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, e doutora em Saúde Pública pela mesma Escola.

² Mestre em Saúde Pública (Sub-área Políticas Públicas e Saúde) pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz. Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade pela USP.

³ Possui mestrado (1998) e doutorado (2005) em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Atualmente é pesquisador do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS) da FIOCRUZ.

⁴ Pós-graduanda em direito público e advocacia pública pela UERJ em parceria com a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE/RJ). Mestra e doutoranda em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pelo PPGBIOS. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Emergências em Saúde Pública da FIOCRUZ.

⁵ Doutora e mestre em Antropologia Social pelo CIESAS-CDMX. Graduada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM.

⁶ Doutora em Antropologia pela McGill University. Licenciada em Artes Liberais na Universidad San Francisco, de Quito (Equador) com concentração em Antropologia e História.

⁷ É doutora em Saúde Global e Sustentabilidade pela USP (2018) na área de Ciências Sociais e Saúde. Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (2011).

“Our fight is for life”: report of research experience in a virtual environment about the performance of social movements in the context of the Covid-19 pandemic in Latin American countries

Abstract: This article aims to present an experience report on the research "Mapping the digital actions and initiatives of social movements of vulnerable populations to confront the COVID-19 pandemic in Brazil, Mexico and Ecuador (2020 - 2021)". Given the rise of social research on the internet, the study made use of virtual ethnography to search for the main initiatives digitally embraced by social movements of indigenous and non-indigenous populations in urban contexts in the three countries. The report discusses the process, results and products of this research, with emphasis on the strategic networks adopted by social movements according to their specificities.

Keywords: virtual research; covid-19; social movements; vulnerabilized populations; Latin America.

“Nuestra lucha es por la vida”: relato de experiencia de investigación en entorno virtual sobre la actuación de movimientos sociales en el contexto de la pandemia de Covid-19 en países de América Latina

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un informe de experiencia sobre la investigación "Mapeo de las acciones e iniciativas digitales de movimientos sociales de poblaciones vulnerables para enfrentar la pandemia de COVID-19 en Brasil, México y Ecuador (2020-2021)". Ante el crecimiento de la investigación social en internet, el estudio utilizó la etnografía virtual para buscar las principales iniciativas incorporadas digitalmente por movimientos sociales de poblaciones indígenas y no indígenas en un contexto urbano en los tres países. El informe aborda cómo se realizó el estudio, los resultados y los productos, con énfasis en las redes estratégicas adoptadas por los movimientos sociales en función de sus especificidades.

Palabras clave: investigación virtual; covid-19; movimientos sociales; poblaciones vulnerabilizadas; América Latina.

O presente artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência sobre a pesquisa “Mapeamento das ações e iniciativas digitais dos movimentos sociais de populações vulnerabilizadas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil, México e Equador (2020-2021)”, realizada em ambiente virtual e que buscou compreender as ações de enfrentamento da pandemia engendradas por movimentos sociais nos referidos países da América Latina. Ao longo da pesquisa, buscou-se privilegiar estratégias organizadas pelas populações vulnerabilizadas e amplamente afetadas pela Covid-19.

Estudos sobre a relação e interação das sociedades humanas com as tecnologias, em especial as tecnologias digitais e ambientes virtuais, têm crescido nas últimas três décadas e se tornado indispensáveis para a compreensão sobre a interdependência dessa relação e suas consequências em tempos contemporâneos (CASTELLS, 1999; LAW, 2004; LATOUR, 2012). Assim, o que já vinha em ascensão, a pandemia impulsionou ainda mais a sociedade para o ambiente virtual em função das medidas de contingenciamento e distanciamento social (SEGATA e RIFIOTIS, 2021). Nesse cenário, inúmeros movimentos sociais acentuaram o uso das redes sociais e dos programas de mensageria digital no intuito de ampliar suas pautas e potencializar suas estratégias (presenciais e virtuais) - que já vinha como uma tendência crescente na última década por meio do *ciberativismo* (TAVARES e PAULA, 2015).

A vida digitalizada ganhou especial destaque nos mais diferentes aspectos, o que não difere no âmbito da pesquisa e do ensino. O papel da Internet, das redes e mídias sociais foi redimensionado e se tornou uma ferramenta imprescindível (e controversa) para a manutenção das atividades acadêmicas. A pesquisa social, ancorada nos pressupostos das Ciências Humanas e Sociais e na interação e interlocução proximal com os sujeitos sociais, precisou se adaptar ao novo cenário e incorporar a análise do ambiente virtual para manter ativa a produção de conhecimento (DESLANDES e COUTINHO, 2020).

Importante considerar que antes mesmo da pandemia de Covid-19, a pesquisa social no ambiente virtual já vinha em ascensão, tais como o digital methods, a netnografia, entre outros. Segundo Polivanov (2013), as primeiras propostas surgiram em meados da década de 1990 com o intuito de adaptar a abordagem antropológica para os meios digitais, tendo Cristine Hine como principal expoente da etnografia virtual. Conforme a autora, “*a abordagem etnográfica descrita aqui [etnografia virtual] tem como objetivo fazer justiça à riqueza e complexidade da Internet e também defender a experimentação dentro do gênero como uma resposta a novas situações*” (HINE, 2000: 13). O estudo de Fragozo, Recuerdo e Amaral (2011) aponta o desenvolvimento de diferentes termos e abordagens de pesquisas sociais e de cunho etnográfico em ambientes virtuais

na década de 1990, tais como a netnografia, webnografia, etnografia digital e ciberantropologia⁸.

Nesse sentido, a pesquisa relatada tratou-se de uma etnografia conduzida em virtual com a utilização das redes digitais para a disseminação do trabalho de campo e a criação de narrativas audiovisuais colaborativas em uma linguagem que sirva tanto como material de estudo quanto como acesso a um público mais amplo. Em vista disso, buscou elencar as principais iniciativas encampadas digitalmente por movimentos sociais de populações indígenas e movimentos sociais de populações não-indígenas em contextos urbanos.

Dentre os resultados encontrados, optamos por nomear este relato com o slogan “Nossa luta é pela vida”, título de uma das diversas ações virtuais organizadas pela APIB e que dialoga com o principal achado da pesquisa: as lutas e resistências auto-organizadas de movimentos sociais pelo direito à vida e à saúde frente à omissão programada e intencional da necropolítica perpetrada por determinados governos perante a Covid-19 (MBEMBE, 2021). Portanto, este relato visa compartilhar as experiências, aprendizados e reflexões acerca da condução do estudo e dos resultados encontrados por uma pesquisa virtual em tempos pandêmicos, para a compreensão da vida social capturada e enfeitada pelo virtual.

Condução e realização do estudo

Tratou-se de uma pesquisa em ambiente virtual com uso de dados secundários em bases digitais e coleta de materiais nas redes sociais selecionadas para aprofundamento sobre conteúdos e narrativas produzidas como modo de enfrentamento à pandemia. Por ser uma pesquisa que é parte de um projeto mais amplo de parceria internacional com redes de pesquisas no Brasil, México e Equador, optou-se por realizar o estudo sobre os três países.

A equipe de pesquisa foi composta por cientistas sociais e antropólogas, garantindo sua interdisciplinariedade, que conduziram o estudo com reuniões virtuais semanais visto que cada membro se encontrava em um país e estados diferentes. A equipe trabalhou principalmente em português e espanhol, o que possibilitou uma série de aprendizados coletivos por meio de diálogos, traduções, cruzamentos e trânsitos entre as línguas. O estudo também contou com a participação de pesquisadores dos três países que compuseram o comitê científico consultivo⁹, com reuniões virtuais mensais para discussão das etapas do estudo, dos instrumentos utilizados, dos resultados encontrados e análise dos dados. A pesquisa foi executada iniciada e finalizada em 10 meses, conforme linha do tempo abaixo:

⁸ Podemos compreender que a netnografia (net + etnografia) surgiu no campo da comunicação social e nos estudos sobre padrões ao consumo, estratégias de marketing e acompanhamento de comunidades de fãs. Na mesma esteira está a webnografia, aplicada especialmente nos estudos de marketing na internet e a aferição das métricas e audiências dos sites, principalmente em ambientes de discussão. Já a etnografia digital, para além de uma etnografia em ambiente virtual, tem como proposta o uso das redes digitais para a disseminação do trabalho de campo e a criação de narrativas audiovisuais colaborativas em uma linguagem que sirva tanto como material de estudo quanto como acesso a um público mais amplo. Em perspectivas mais contemporâneas, encontra-se a ciberantropologia, que se baseia nos conceitos da antropologia ciborgue que examina a reconstrução tecnológica de ser humano e preparar o etnógrafo para lidar com uma categoria mais ampla de “ser humano” em suas reconfigurações (FRAGOSO, RECUERDO e AMARAL 2011).

⁹ Composição do comitê científico do projeto: Arlinda Moreno (Brasil), Ana Lúcia Pontes (Brasil), Consuelo Fernández-Salvador (Ecuador), Renata Cortéz (México) e Rubén Muñoz Martínez (México).



Figura 1 - Linha do tempo do projeto

Em razão do curto espaço de tempo e financiamento para a condução da pesquisa, e com o interesse de conduzir um mapeamento com maior alcance e abrangência, a etapa de levantamento de dados ocorreu em três fases, que compreenderam:

1) *Ampla levantamento dos movimentos sociais de populações vulnerabilizadas historicamente constituídos nos três países observados*

Em um primeiro momento, realizou-se um amplo levantamento sobre os movimentos sociais de populações vulnerabilizadas nos três países, tais como povos indígenas, quilombolas, trabalhadores sem-terra, trabalhadores sem-teto, população em situação de rua, população negra, LGBTQI+, feministas e trabalhadores em condições de vulnerabilidade. Nessa primeira fase, foram localizados 122 movimentos sociais de abrangência nacional e 413 páginas virtuais de diferentes canais da Internet. As informações sobre os movimentos sociais foram organizados conforme a planilha Excel abaixo:

Quadro 3 – Levantamento de páginas e endereços virtuais dos movimentos sociais localizados							HASTAG #	AÇÕES CONTÍNUAS DE ENFRENTAMENTO A COVID 19	
País / BRASIL / UF	População / Causa	Identidade Movimento Social	Site	Facebook	Instagram	Twitter			
4	Brasília / DF	Povos Indígenas	Articulação Brasileira dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	https://apiboficial.org/	https://www.facebook.com/apiboficial/	https://www.instagram.com/apiboficial/?hl=pt-br	@ApibOficial	#VACINAPARENTE #VidasIndigenasIm	SIM
5	Maanaus / AM	Indígenas	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ	https://coiab.org.br/	https://www.facebook.com/coiabamazoniaoficial/	https://www.instagram.com/coiabamazonia/?hl=pt-br	https://twitter.com/coiabamazonia	#InformativoCOIAB #Covid19	SIM
6	Brasília / DF	Quilombolas	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	http://conaq.org.br/	https://www.facebook.com/conaqquilombos/	https://www.instagram.com/conaqquilombos/	https://twitter.com/conaqquilombos	#Conaq25anos #menhumdireitoamenos	SIM
7		Sem-terra	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	https://mst.org.br/	https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/	https://www.instagram.com/movimentosemterra/?hl=pt-br	https://twitter.com/MST_Oficial	#FiqueEmCasaNãoEmSilêncio	SIM
8		Sem-teto / moradia	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	https://mtst.org/	https://www.facebook.com/mtstbrasil/	https://www.instagram.com/mtstbrasil/?hl=pt-br	https://twitter.com/mtst	#alimentacaosaudavel	SIM
9	Natal / RN	Sem-teto / situação de rua	Movimento Nacional de População de Rua (MNP/R)	mnprsp.blogspot.com.br	https://pt-br.facebook.com/mnprn/	https://www.instagram.com/mnprn/?hl=pt-br	https://twitter.com/mnprsp	#ProtegePopRua #VacinaJáPraPopRuaDoBrasil	SIM
10		População Negra	Geledés Instituto da Mulher Negra	https://www.geledes.org.br/	https://www.facebook.com/geledes/	https://www.instagram.com/portageledes/	https://www.facebook.com/geledes/	#FimVisomnegro #TemGenteComFome	SIM
11			Movimento Negro Unificado					#ReajaàViolênciaRacial #MNU43anoscontra	

Figura 2 - Planilha para sistematização da primeira fase do estudo

2) *Seleção dos movimentos sociais ativos na internet e nas redes sociais para a realização da etnografia*

Dos movimentos sociais encontrados, foram selecionados aqueles protagonizados pelas próprias populações e que não são ativos na internet e redes sociais, como também, conduziram ações específicas de contingenciamento durante

KABAD, Juliana F. et al.
“ Nossa luta é pela vida ”

a pandemia. Assim, foram excluídas as organizações setoriais de partidos políticos e de representação de classes profissionais e/ou controle social de representação institucional e setorial. Contudo, os materiais divulgados por essas organizações civis foram úteis e referenciados tanto para a etapa de revisão de literatura e pesquisa documental quanto para a análise dos dados.

Ainda que existam muitos outros movimentos sociais nos três países e com estratégias de atuação semelhantes, optou-se pela escolha de dois grupos populacionais em cada um dos países que traziam pautas e estratégias diversificadas, sendo os povos indígenas comum na estratégia de escolha nos três países, conforme os seguintes critérios: (1) Páginas virtuais de movimentos sociais organizados e estabelecidos na esfera pública antes da eclosão da pandemia; (2) Páginas e grupos virtuais que conduziram iniciativas sistematizadas e contínuas de enfrentamento à pandemia; e, (3) Páginas virtuais de movimentos sociais que tenham amplo alcance e representatividade da população que representam, sejam nacionais, regionais e/ou locais.

Optou-se por trabalhar exclusivamente com fontes digitais e mídias sociais, como o Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, para a melhor compreensão da performance sobre estratégias adotadas pelos grupos populacionais escolhidos, em páginas virtuais públicas e de amplo acesso. Não foram observados grupos de aplicativos de mensagens e nem fóruns fechados, apenas as publicações públicas.

3) *Etnografia virtual de movimentos sociais de povos indígenas e populações não-indígenas em contextos urbanos*

De acordo com Fragoso, Recuerdo e Amaral (2011) quando se trata do papel do pesquisador em ambiente virtual, coexistem dois tipos a partir do seu grau de inserção: o *lurker* e o *insider*. *Lurker* vem do termo *lurking*, que significa ficar à espreita e em observação, sem adotar uma dinâmica de interação direta. Já o *insider*, designa o pesquisador que se insere e interage diretamente com o grupo observado no ambiente virtual. A etnografia virtual coloca em debate esses papéis, visto que no âmbito tradicional, as populações têm ciência ativa da sua presença, ao passo que na internet essa ciência é tácita, já que ao publicar as informações no espaço da internet, a posição de um observador desconhecido é dada. No presente caso, utilizou-se a modalidade *lurker*, tendo sido observados dois grupos de observação distintos: 1) movimentos sociais de populações indígenas e 2) movimentos sociais de populações não-indígenas em contextos urbanos, organizados conforme o quadro abaixo (quadro 1):

Quadro 1 - Movimentos sociais conforme nacionalidade e grupos de observação:

NACIONALIDADE	MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS	MOVIMENTOS SOCIAIS EM CONTEXTOS URBANOS (NÃO-INDÍGENAS)
BRASIL	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Central Única das Favelas (CUFA)
MÉXICO	Congresso Nacional Indígena (CNI) e a comunidade Francisco Cherán (Salud Cherán)	Movimento dos Nossos Desaparecidos no México (MNDM)
EQUADOR	Confederação de Nacionalidades Indígenas do Ecuador (CONAIE), Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana (CONFENIAE) e os Lanceros Digitales.	Coalizão Nacional de Mulheres (CNME)

Ainda que tenha sido verificado todas as mídias disponibilizadas publicamente pelos movimentos, foi selecionado para a etnografia a plataforma com maior uso e frequência pelo movimento analisado. O período de observação das publicações abrangeu março de 2020 (início da pandemia) até junho de 2021. O material de observação foi descrito, sistematizado e analisado primeiramente a partir do contexto de cada país e depois por agrupamentos das populações estudadas. A análise por país resultou na produção de um infográfico e na comparação entre as ações de enfrentamento à pandemia conduzidas pelo Estado em cada país e as ações conduzidas pelos movimentos sociais observados

Os dois grupos foram organizados em três dimensões e representados em infográficos com os seguintes temas: Relações com o Estado, Covid-19 e ações na Internet. Em “relações com o Estado” estão as reivindicações, estratégias de negociação e de lutas perante os governos, legislações e sistema judicial vigentes. Em “Covid-19” estão todas as ações e produções relacionadas com o enfrentamento da pandemia e proteção das populações e territórios envolvidos. Em “ações na Internet” colocam-se as estratégias produzidas e desenvolvidas nas redes e mídias digitais associadas às pautas movimentadas pelas organizações.

Achados e resultados do estudo

Neste relato serão apresentados alguns resultados por movimentos, de um modo que demonstre o alcance do estudo e as estratégias desenvolvidas por diferentes grupos ao longo do primeiro ano de Covid-19. Os demais resultados estão publicados em outros espaços, conforme detalhamento a seguir.

Nos três países observados, os movimentos sociais dos povos indígenas são formados por diferentes povos, falantes de centenas de línguas e com distintas histórias de contato, formas de ocupação territorial e relações com a sociedade envolvente. Apesar dessas diversidades, enfrentam problemas similares, bem como possuem pautas de luta que convergem entre si, entre movimentos e organizações historicamente constituídas em seus países de origem.

Em se tratando de Brasil, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é uma entidade de representação nacional dos povos indígenas criada em 2003 e congrega povos e organizações indígenas de todo o país, através de organizações regionais¹⁰. Nos últimos anos, tem se profissionalizado com equipes e redes de comunicadores indígenas e uma intensa atividade virtual com publicações traduzidas para vários idiomas. No período analisado, observou-se uma intensa articulação política para além das redes de relações com os coletivos indígenas e com forte articulação no poder legislativo e incidência no poder judiciário por meio das ações de advocacia indígena, com pautas que vão desde a defesa dos territórios tradicionais até as denúncias às invasões de grileiros, garimpeiros e madeireiros e de toda a ofensiva do agronegócio e das mineradoras contra as florestas e as comunidades indígenas. As estratégias de enfrentamento da pandemia abrangeram iniciativas locais nos territórios e de âmbito nacional com as campanhas “Emergência Indígena” e “Vacina Parente”¹¹ com inúmeras ações de prevenção, educação em saúde, monitoramento de casos e óbitos e controle social sobre

¹⁰ Organizações regionais que compõem a APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani-Kaiowá (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Comissão Guarani Yvyrupa.

¹¹ Página oficial da campanha “Emergência Indígena” que além da Covid-19, congregou pautas a respeito da defesa dos territórios indígenas ameaçados pelos garimpos e o avanço do desmatamento incentivados pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022): <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>

os serviços de saúde. Além disso, a organização de lives e eventos virtuais, campanhas de arrecadação, mobilização virtual com vídeos, depoimentos e hashtags, forte expressão audiovisual com designs especializados e organização de manifestações presenciais e virtuais, entre outros aspectos, demonstram o potencial do ativismo digital do movimento e de arcabouço político para o enfrentamento da pandemia, assim como frente a todas as ameaças que os povos indígenas vivenciam no Brasil.

No Equador, A CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) é uma organização criada em 1986 que reúne nacionalidades, povos, comunidades, centros e associações indígenas do Equador¹². Como integrante, a CONFENIAE é uma organização indígena regional que reúne organizações e federações de base, pertencentes às onze nacionalidades amazônicas. Desde seu início, em 1980, seus temas centrais foram a defesa dos territórios indígenas e a luta contra o extrativismo. As iniciativas de comunicação comunitária da organização são lideradas pelos *Lancers Digitales* ou Soldados Digitais, uma equipe formada por comunicadores comunitários das nacionalidades, organizações e federações de base que buscam atuar por meios digitais. Nas iniciativas das confederações durante a Covid-19, bem como no trabalho específico dos *Lancers*, observou-se a importância de equipes de comunicação comunitária que possibilitam a geração de campanhas e conteúdos para mobilização em meios digitais. Isso ao mesmo tempo em que posicionam formas de comunicação a partir das agendas das organizações e das realidades dos povos e nacionalidades indígenas. Embora as iniciativas mobilizadas tenham abordado temas específicos no contexto da pandemia, também abordaram problemas estruturais que vão além da situação pandêmica, como o extrativismo, a defesa do território e a possibilidade de reforço das línguas indígenas, a medicina e os saberes ancestrais conforme se verifica nos movimentos indígenas do Brasil.

No México, o Congresso Nacional Indígena (CNI)¹³ foi criado em 1996 e constituiu um espaço para todos os povos originários do México que se identificam como autônomos, para fortalecer as lutas de resistência com suas próprias formas de organização, representação e tomada de decisões, composto por 43 povos indígenas viventes em 520 comunidades de 25 estados do país. O CNI se apoiou em suas contas nas mídias sociais para divulgar as ações de protesto e reivindicação que os povos realizaram presencialmente. No contexto do Congresso Nacional, a comunidade de San Francisco Cherán realizou uma série de atividades de cuidado sanitário comunitário, disseminadas na conta do Facebook Salud Cherán. A partir das práticas digitais da CNI e Salud Cherán, observa-se que a implantação de práticas presenciais de cuidado coletivo potencializou as possibilidades de preservação da saúde em contextos precários e com pouca atenção governamental, bem como, os meios e os recursos de comunicação disponíveis em nível local para disponibilizar a informação sobre o vírus e medidas sanitárias a todas as pessoas

¹² Os povos que compõem a CONAIE são: Kichwa, Shuar, Achuar, Waorani, Sapara, Andwa, Shiwiari, Cofan, Siona, Siekopai e Kijus (na Amazônia); Tsachila, Epera, Chachi, Awa, Manta e Wankavilka (na Costa); e povos da nacionalidade Kichwa: Palta, Sarakuru, Kañari, Puruwa, Chibuleo, Tomabela, Salasaca, Kisapincha, Waranka, Kitukara, Kayampi, Otavalo, Karanki, Natabuela e Pasto (na região da Serra). É composta por três plataformas regionais que são: ECUARUNARI (Equador Runacunapak Rikcharimui), CONFENIAE (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana) e CONAICE (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Costa do Equador).

¹³ Os membros do CNI são povos e nações originários do México: Amuzgo, Binnizá, Chichimeca, Chinanteco, Chol, Chontal de Oaxaca, Chontal de Tabasco, Coca, Comcac, Cuicateco, Cuicapá, Guarijío, Ikoos, Kumiai, Lacandón, Mam, Matlazincá, Maya, Mayo, Mazahua, Mazateco, Mixe, Mixteco, Nahuá, Nahnũ/Najtho/Nuhu, Náyeri, Popoluca, Purépecha, Rarámuri, Sayulteco, Tepehua, Tepehuano, Tlapaneco, Tohono Oóhdam, Tojolabal, Totonaco, Triqui, Tzeltal, Tzotzil, Wixárika, Yaqui, Zoque, Afromestizo y Mestizo.

da comunidade. Os principais achados dos movimentos sociais dos povos indígenas nos três países conforme as dimensões analisadas estão apresentadas no infográfico a seguir (figura 3):

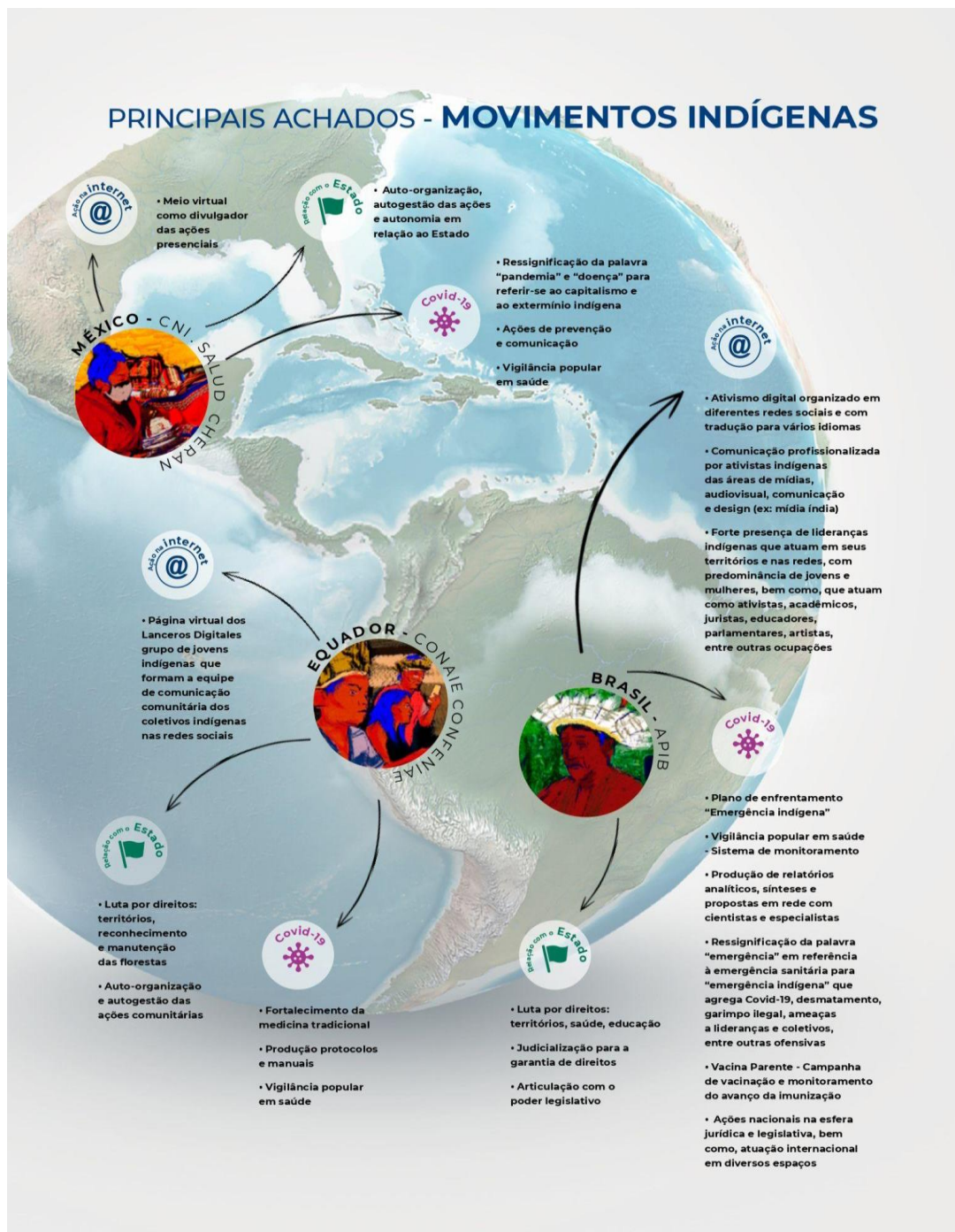


Figura 3 - Infográfico "Principais achados - Movimentos Indígenas"

Diferentemente dos movimentos de povos indígenas que encontram semelhanças nas lutas e reivindicações, apesar das particularidades de cada nação indígena em seus respectivos países, os movimentos em contextos urbanos representam grupos populacionais e demandas particulares. Os movimentos sociais de populações urbanas observados neste estudo construíram estratégias bastante distintas para o enfrentamento da pandemia e seus impactos, bastante focados

nas demandas e necessidades das populações representadas. De uma maneira geral, observou-se uma forte presença de mulheres no protagonismo das pautas e um forte apelo para o papel de mães e cuidadoras, exercidos majoritariamente por mulheres na sociedade.

No Brasil, a Central Única das Favelas (CUFA) é uma organização sem fins lucrativos formada por coletivos e movimentos sociais de favelas de todo o Brasil, tendo representações regionais em 26 estados, reconhecida nacional e internacionalmente. Criada em 1999, a CUFA atua com enfoque na produção artística e cultural das favelas, no fortalecimento identitário dos territórios e no fortalecimento do empreendedorismo social. Esse enfoque, entretanto, sofreu uma forte inflexão durante a pandemia, com a adoção de ações contra a fome, a qual se tornou a principal tônica da organização. Observou-se, com o estudo, que os meios de viabilização das campanhas para alimentos e renda beneficiaram-se das redes, meios e recursos conquistados pelo capital político e cultural da CUFA ao longo de sua existência, tais como o terceiro setor, artistas de alcance nacional e internacional, mídias tradicionais e alternativas, institutos sociais de bancos privados, clubes de futebol, entre outros setores. O fato de a organização alterar seu programa de atuação para desenvolver ações em um tema fora do seu escopo (o combate à fome), sugere que se trata de uma problemática urgente nas realidades periféricas, aprofundada pela pandemia de Covid-19.

No Equador, a Coalizão Nacional de Mulheres do Equador (CNME) é um movimento feminista que surgiu em 2014 e é formada por 24 organizações que buscam influenciar politicamente e fazer cumprir os compromissos do Estado equatoriano em relação aos direitos humanos de meninas, adolescentes e mulheres. A Coalizão constrói pontes com a academia e os órgãos técnicos do Estado, com forte uso da pesquisa e dados próprios para mobilizar suas agendas. No período observado, foi possível olhar para os múltiplos problemas que a pandemia abrange, como a violência em tempos de quarentena ou as necessidades e riscos específicos para mulheres, meninas e adolescentes. Destaca-se a insistência de organizações do movimento feminista e de mulheres, como o CNME, em manter agendas prioritárias que não se limitam ao contexto da pandemia, entendendo-as como urgentes e necessárias, como a descriminalização do aborto e a garantia de financiamento para a prevenção da violência.

No México, o Movimento por Nossos Desaparecidos no México (MNDM) consiste em uma das três redes consolidadas de grupos de busca por cidadãos desaparecidos. Esta organização começou a ser constituída em 9 de setembro de 2015 e até julho de 2021 integrava 74 grupos. Devido ao fato de o desaparecimento de pessoas no México consistir em um fenômeno frequente no país, com início no final da década de 1960, as famílias dos desaparecidos se encarregaram de promover e, em muitos casos, conduzir a busca de mais de 90 mil desaparecidos (até 29 de julho de 2021). As práticas digitais do MNDM mostram uma comunicação constante e fluida entre os membros do movimento, o que permitiu uma pronta identificação de suas necessidades e a transferência de sua atividade de incidência na esfera pública de uma dinâmica presencial para a virtual. Essa adaptação permitiu dar continuidade aos eixos de incidência apesar das medidas de distanciamento físico. Da mesma forma, a experiência no campo forense deste movimento contribuiu para que a sociedade civil acompanhasse as medidas implementadas para o manejo dos cadáveres de pessoas mortas por Covid-19 no México.

Os principais achados dos movimentos sociais das populações em contextos urbanos nos três países conforme as dimensões analisadas estão apresentadas no infográfico a seguir (figura 4):



Figura 4 - Infográfico "Principais achados - Movimentos de contextos urbanos (não-indígenas)"

Nesse estudo observamos que se destacaram as práticas de auto-organização, de autogestão e alianças estratégicas entre movimentos sociais, academia e outras organizações, em que as entidades tiveram que atuar diretamente para garantir a implementação das medidas preventivas e assistenciais e garantir as condições para possibilitar medidas de isolamento social, como a alimentação. Além de cobrar as autoridades governamentais diante de suas responsabilidades, mostraram sua capacidade de propor e implementar estratégias adequadas às carac-

KABAD, Juliana F. et al.
"Nossa luta é pela vida"

terísticas e necessidades diferenciadas das populações e regiões. Há que se destacar sua capacidade de adaptar as medidas sanitárias às suas especificidades socioculturais, linguísticas e regionais.

Muitas vezes com práticas que superaram a ação do poder público em seus países, esses movimentos resistiram, se reinventaram e ensinaram estratégias, no curso de uma pandemia que aprofundou problemas já existentes. Também demonstraram o quanto as condições históricas e estruturais geradoras das desigualdades e injustiças que lhes afetam foram aprofundadas no contexto da pandemia, de modo que denunciaram situações graves que colocavam em risco seu direito à vida. O ambiente virtual e as mídias digitais têm permitido a disseminação de conhecimentos e conteúdos próprios para informar e aumentar a consciência sobre a pandemia.

Os movimentos indígenas e de comunidades de favelas observados no Brasil expressam a capacidade de capilaridade dessas organizações em agregar um amplo espectro de comunidades e coletivos em suas bases, ao mesmo tempo em que articulam ações que extrapolam as preocupações locais e contingenciais. Suas ações possuem potencial de impactar tanto as populações mais remotas, como também podem levar a benefícios mais amplos, como o programa de transferência de renda, distribuição de alimentos e de conectividade destinados às mães e famílias nas favelas de todo o país quanto às atuações da advocacia indígena para a garantia dos direitos dos povos originários no Supremo Tribunal Federal e em organismos internacionais, tais como o Tribunal Penal Internacional de Haia.

A partir das práticas digitais dos povos indígenas mexicanos, observam-se iniciativas locais para dar resposta à emergência sanitária referente à aquisição de materiais básicos para o cuidado à saúde (gel antibacteriano, máscaras faciais, garantia do abastecimento de água potável e tanques de oxigênio, por exemplo). Da mesma forma, as pessoas organizadas para realizar uma busca cidadã por pessoas desaparecidas no México priorizaram seus cuidados de saúde durante os primeiros meses da pandemia. Tanto os povos indígenas como as pessoas organizadas para realizar a busca cidadã optaram por retomar as atividades presenciais em vista da implantação de medidas governamentais que violam o exercício de seus direitos e dos desaparecidos.

No Equador, as práticas digitais dos movimentos observados apontam para a necessidade de partir de uma concepção ampliada de saúde, que considere o contexto da pandemia e da crise sanitária em interação com outros problemas, como violência, barreiras de acesso aos serviços, os impactos das medidas de ajuste fiscal, as consequências do extrativismo, entre outros. Nos casos estudados, percebe-se a complexa relação dos movimentos sociais com o Estado, principalmente nas ações de denúncia da ausência estatal ou que buscam interpelar diretamente às autoridades. Também se destacam as alianças estratégicas em nível local, regional e nacional com governos locais, organizações da sociedade civil e outras instituições específicas. Diante de um Estado que priorizou medidas de ajuste fiscal e de controle – como toques de recolher e restrições à mobilidade – é importante atentar para como as articulações estratégicas permitiram manter as agendas e lutas dos movimentos.

Produtos e repercussões da pesquisa

A realização dessa pesquisa resultou em alguns produtos, com vistas a registrar e analisar as ações fundamentais de cada movimento estudado. Foi criado

um *Policy Brief*, um documento síntese com as principais ações, que traz recomendações à academia e governos sobre a atuação com populações vulnerabilizadas durante emergências sanitárias. Esse documento foi disponibilizado em três idiomas (português, inglês e espanhol)¹⁴ e enviado às lideranças dos movimentos, que puderam nos retroalimentar com sua visão, por meio de reuniões virtuais. O *Policy* foi organizado em 3 partes: a primeira com a contextualização da pandemia de Covid-19 nos três países e as ações dos movimentos sociais em uma linha do tempo; a segunda com os resultados da etnografia sobre os dois grupos de movimentos sociais; e, a terceira com as lições aprendidas e recomendações do estudo (figura 5). A publicação foi considerada um importante instrumento pelos líderes aos quais tivemos acesso, visto que traz um panorama das suas ações no ambiente virtual de forma sistemática, e que a urgência da resposta à pandemia deixou em segundo plano.



Figura 5 - Capa do Policy Brief intitulado “Etnografia virtual de movimentos sociais no enfrentamento da Covid-19: experiências coletivas e comunitárias na América Latina”

Um hot site sobre a pesquisa e seus principais achados foi criado no âmbito do Hub Fiocruz e do Hub Coronavírus da The Global Health Network¹⁵, onde podem ser encontrados infográficos, as versões do policy brief e o vídeo do seminário do seu lançamento. Para o lançamento do documento, todos os movimentos

¹⁴ Policy Brief na versão digital e em português: https://media.tghn.org/medialibrary/2022/08/PB_FINAL_POR-TUGU%C3%8AS_02082022_hi4uLF6.pdf

¹⁵ Página do HUB da TGHN com informações sobre a pesquisa: <https://coronavirus.tghn.org/regional-response/latin-america/ethnography/>

sociais estudados foram convidados a participar para falar, desde o seu ponto de vista, sobre suas prioridades naquele momento da pandemia. O evento virtual, intitulado “Participação Social e Emergências Sanitárias” foi realizado dia 8 de agosto de 2022 via Canal do VideoSaúde da Fiocruz e contou com tradução simultânea para o espanhol¹⁶.

Além disso, os resultados e o protagonismo desses movimentos frente à emergência foram objeto de apresentação do grupo no Geneva Health Forum, realizado em Genebra, na Suíça, em abril de 2022. A mesa *Involving communities in Global health - Lessons from the field* (Envolvendo comunidades na Saúde Global – lições do campo) contou com a participação de experiências do Brasil, Quênia e França. Também participamos do VII Congresso Latino-Americano e do Caribe de Saúde Global¹⁷, realizado online em novembro de 2022. O resumo da pesquisa foi enviado para *The Global Health Network Conference*, evento realizado em novembro de 2022, e aprovado para publicação no *The Global Health Network Conference Proceedings 2022*.

Outros dois artigos frutos deste trabalho foram submetidos com análises mais aprofundadas sobre os resultados encontrados. O artigo intitulado “Usos de internet entre movimientos sociales en América Latina: un camino para la persistencia del activismo (digital) en la pandemia del COVID-19”, que analisa as ações dos movimentos sob três perspectivas: a) fortalecimento coletivo, b) enfrentamento à pandemia e c) ampliação dos direitos humanos, foi submetido e aguarda parecer da revista. Já “Movimientos indígenas y respuestas estatales frente a la pandemia en México, Ecuador y Brasil”, que analisa como esses movimentos o(re)organizaram suas formas de resistência e construíram ações a partir de suas reivindicações, visibilizando a ausência e/ou negligência do Estado, estabelecendo alianças ou assumindo o desafio autonomamente, foi aprovado e está no prelo.

Considerações finais

Observamos, em cada país, a formação de redes e alianças estratégicas distintas adotadas pelos movimentos sociais conforme as problemáticas e especificidades de cada contexto local, regional e nacional. Evidente que com o estudo conduzido exclusivamente em ambiente virtual, o enfoque se dá no que a organização elege, narra e pretende comunicar em suas redes sociais oficiais, não sendo possível chegar a compreensões aprofundadas sobre escolhas, motivações, tensões e estratégias adotadas.

Além disso, o projeto não envolveu diretamente os movimentos sociais no levantamento dos dados, por limitações de tempo, recursos e de procedimentos éticos. Apesar dessa limitação, os resultados da etnografia virtual sugerem conclusões ampliadas sobre concepções de mobilização social e prioridades de ação elencadas pelos coletivos no período da pandemia. Uma possível linha de pesquisa futura pode ter como objetivo contrastar o desempenho das organizações no nível digital com os impactos ou alcances materiais nas populações que representam. Como exemplo de futuras pesquisas, podemos pensar em análises sobre os modos como as campanhas foram recepcionadas pelas populações as quais os movimentos buscam representar, ou mesmo quais percepções existem sobre as

¹⁶ Seminário Virtual "Participação Social e Emergências Sanitárias" - Webinar de debate sobre os resultados com os movimentos sociais: <https://www.youtube.com/watch?v=CxZZcmPPyCQ&t=2870s>

¹⁷ Evento transmitido pelo canal do Youtube: <https://youtu.be/fhpBqUhOrdw>

ações realizadas pelas organizações no enfrentamento da pandemia e emergências sanitárias.

Nesse sentido, essa pesquisa demonstrou que a produção de conhecimentos no contexto das emergências sanitárias a respeito de diagnósticos sócio sanitários e a busca por soluções para os problemas enfrentados pela sociedade não se restringem às instituições científicas e aos órgãos do Estado, pelo contrário. Como foi possível constatar, faz-se necessário ampliar as perspectivas epistemológicas para a compreensão do potencial de produção e ação das populações vulnerabilizadas, especialmente em contextos de governos conservadores, autoritários e neoliberais, que visam a redução de direitos e dos espaços legitimados de participação da sociedade nas políticas de Estado.

Recebido em 31 de maio de 2023.

Aceito em 23 de outubro de 2023.

Referências

BUENO, F.; MATTA, G.; KABAD, J.; YEPEZ, C.; QUERALES, M.; DIAS, N.; PETRA, P. *Etnografía virtual de movimientos sociales frente a la COVID-19: Experiencias Colectivas y Comunitarias en América Latina*. Brasil, Fundación Oswaldo Cruz, 2022.

CAMPANELLA, B. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios - entrevista com Christine Hine. *Matrizes*, 9 (2), 2015.

CARLOS, E. Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. *Revista inteRseções*, 17 (1): 15-53, 2015.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DESLANDES, S; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (11), 2020.

FRAGOSO, S.; RECUERDO, R.; AMARAL, A. *Métodos de Pesquisa para Internet*. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HINE, C. *Etnografía Virtual*. Barcelona: Editorial UOC (Colección Nuevas Tecnologías y Sociedad), 2004.

LATOURE, B. *Reagregando o social: uma introdução a Teoria Ator-Rede*. EDUSC: Bauru, 2012.

LAW, J. *After method: mess in social science research*. Londres: Routledge, 2004.

MAHASE, E. Coronavirus: covid-19 has killed more people than SARS and MERS combined, despite lower case fatality rate. *British Medical Journal* (BMJ), 18 Feb. 2020.

MBEMBE, A. O Direito Universal à Respiração. *Revista Unisinos*, 17 de abril de 2020.

POLIVANOV, B.B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. *Revista Esferas*, 2 (3): 61-70, 2013.

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. Digitalização e dataficação da vida. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 21 (2): 186-192, 2021.

TAVARES, W; PAULA, A. P. P. Movimentos Sociais em Redes Sociais Virtuais: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas no Ciberespaço. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4 (1), 2015.